

“Na época de denunciar”: a conjuntura política de 1930 e os escritos dos presos comuns da Casa de Detenção do Recife

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento

 Aurélio de Moura Britto

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Recife, PE – BRASIL

lattes.cnpq.br/5266624197764867

aurelio.britto@yahoo.com.br

 orcid.org/0000-0002-8762-1429

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317442025e0104>

Editores Responsáveis (Convidados):

Viviane Borges

Universidade do Estado de Santa Catarina
orcid.org/0000-0002-7576-7789

Silvano Montaldo

Universidade de Turim
orcid.org/0000-0003-0820-8730

Recebido: 22/05/2024

Aprovado: 07/04/2025

“Na época de denunciar”: a conjuntura política de 1930 e os escritos dos presos comuns da Casa de Detenção do Recife

Resumo

Este artigo investiga diversos escritos de presos comuns redigidos na Casa de Detenção do Recife no contexto da Revolução de 1930. Pretendemos escrutinar as correlações positivas entre o contexto político externo à prisão e a emergência desses manuscritos, bem como, examinar suas reivindicações de modo a revelar um sofisticado processo de apropriação da retórica política propalada pela Aliança Liberal no contexto de sua mobilização. Divergindo das abordagens usuais, ao passo que não centraliza sua atenção na ação dos presos políticos, investigamos as conexões e porosidades entre as dinâmicas internas da prisão e a conjuntura de acirramento político externa ressaltando uma dimensão política e associativa na prática peticionária dos presos comuns, sujeitos olvidados pela abordagens tradicionais da história das prisões na Era Vargas. Para tanto, mobilizamos diversificada tipologia documental (ofícios, requerimentos, habeas corpus, cartas, petições, jornais, pareceres do Conselho Penitenciário, relatórios e “partes diárias”) com o fito de ultrapassar o uso reiterado e predominante das memórias de presos políticos como fonte exclusiva para investigar o cotidiano das prisões nesta conjuntura.

Palavras-chave: Casa de Detenção; presos comuns; jornais; apropriação.

“In the time to denounce”: the political conjuncture of 1930 and the writings of the common prisoners of the Recife House of Detention

Abstract

This article investigates several writings by ordinary prisoners written in the Casa de Detenção do Recife in the context of the 1930 Revolution. We intend to scrutinize the positive correlations between the political context external to the prison and the emergence of these manuscripts, as well as examine their claims in order to reveal a sophisticated process of appropriating the political rhetoric propagated by the Liberal Alliance in the context of its mobilization. Diverging from the usual approaches by not focusing on the actions of political prisoners, we investigated the connections and porosities between the internal dynamics of the prison and the external political turmoil, highlighting a political and associative dimension in the petitionary practice of ordinary prisoners, subjects overlooked by traditional approaches to the history of prisons in the Age Vargas. To this end, we mobilize a diverse documentary typology (official letters, requests, habeas corpus, letters, petitions, newspapers, opinions from the Penitentiary Council, reports and “daily parts”) with the aim of overcoming the repeated and predominant use of the memories of political prisoners as a source exclusively to investigate the daily life of prisons at this juncture.

Keywords: House of Detention; common prisoners; newspapers; appropriation.

Considerações iniciais: o tema e o problema

Neste artigo, examinaremos o papel desempenhado pela leitura e a escrita no cotidiano da Casa de Detenção do Recife de modo a sublinhar a maneira como esses expedientes tornaram-se mecanismos basilares de ação política dos presos comuns.

Sobre o lugar ocupado pela escrita nessa instituição existem incursões importantes. Para o Oitocentos, algumas abordagens voltaram-se para o conteúdo desses escritos e priorizaram enfatizar as suas conexões com o ambiente político externo (Britto, 2015). Outros analisaram a estrutura peticionária indicando um aprendizado cívico-político dos cidadãos dos estratos mais pobres da sociedade com a redação dessas missivas (Cesar, 2020). Já no atinente ao Novecentos, e o contexto da Era Vargas em particular, a questão dos escritos dos presos permanece, na melhor das hipóteses, lacunar e insuficientemente explorada. Aqui, convém realizar uma digressão a fim de situar as peculiaridades de nossa abordagem no âmbito dos trabalhos que estudam o encarceramento nessa conjuntura.

A historiografia que problematiza o universo da reclusão na Era Vargas optou por abordar os presos políticos como sujeitos centrais de suas narrativas. Comumente, são caracterizados como vítimas da tortura desferida pelo regime varguista ou, alternativamente, como protagonistas da resistência política no interior das instituições prisionais. Uma abordagem bastante comum correlaciona diretamente o encarceramento dos presos políticos e a emergência das lutas nos cárceres da Era Vargas. Esses trabalhos costumam tomar o ano de 1935 como temporalidade inaugural de suas análises, visto que a repressão à “Intentona Comunista” abarrotou diversos cárceres. Na pena dos presos políticos consta a sugestão, que obteve impressionante guarida e ressonância no âmbito da historiografia das prisões, de que a guinada na organização política dos presos foi produzida pela chegada de um material humano de maior estirpe. Do ponto de vista metodológico, outra característica marcante dessas produções é o uso das memórias dos presos políticos como fonte basilar das narrativas. É a narrativa extraída dos livros de memórias que empresta o enredo, os personagens e confere a própria fiabilidade do texto historiográfico (Britto, 2022). Com isso, não

pretendemos objetar quanto ao caráter relevante da utilização de memórias na construção da narrativa historiográfica, porém, reputamos que sua manipulação tem ocorrido de maneira açodada e autossuficiente. Apesar de úteis, esses relatos memorialistas carecem, no fundo como todo testemunho histórico, de uma confrontação. Carlo Ginzburg tem em diversos trabalhos nos lembrado dessa condição precária das informações presentes na construção do conhecimento histórico: *Testis unus, testis nullus!* (Ginzburg, 2002, 2007). O emprego de qualquer documentação suscita a necessidade do sistemático cotejamento com outras tipologias diversas a fim de tentarmos recuperar as complexas possibilidades que conformavam a vida social nessas instituições. A bem da prudência metodológica, devemos nos interrogar em que medida o protagonismo dos presos políticos não guarda relação com a adoção exclusiva de uma fonte.

Este artigo realiza três sensíveis deslocamentos quando comparado com as tendências majoritárias na historiografia das prisões na década de 1930 (Britto, 2022). Primeiro, investiga os presos comuns enquanto objeto central da narrativa e os apreende como agentes políticos que forjaram associações e lutas significativas, embora distintas daquelas implementadas pelos presos políticos. Segundo, em nossa abordagem procuramos demonstrar a proficuidade de pensar as problemáticas da história das prisões – e da Casa de Detenção do Recife em particular – pelo viés analítico das contiguidades, porosidades e permeabilidades que articulam os dois lados do muro prisional. Em vista disso, a concepção de prisão que consubstancia este artigo considera premente visualizar além dos muros da instituição e do seu perímetro imediato e perceber também “as redes que a atravessam e a ligam permanentemente ao exterior” (Cunha, 2008, p. 22). Terceiro, ao longo de nossa pesquisa, mobilizamos outras tipologias documentais de modo a contraditar a centralidade que os livros de memória de presos políticos auferiram na historiografia que examina o fenômeno do encarceramento na Era Vargas.

Neste sentido, procuramos avançar no debate correlacionando a prática da escrita prisional com a conjuntura política, de modo a dimensionar as múltiplas e complexas correlações entre os processos políticos externos e a organização política no cotidiano prisional. Distante de uma abordagem “internalista” das

instituições, postulamos que há uma interação dinâmica entre as lógicas institucionais, os atores políticos e os contextos históricos concretos (Thelen; Steinmo, 2002).

Optamos por estruturar o artigo em três partes e apresentar considerações de ordem teórico-metodológicas de forma diluída no decurso do texto. Na primeira seção buscaremos demonstrar como, à revelia nas prescrições regulamentares, ocorria diariamente a circulação e leitura de jornais no interior da Casa de Detenção do Recife. Demarcaremos ainda as inúmeras tentativas de repressão encetadas pelos gestores da prisão e as formas arditas que os detentos mobilizavam para ler. Para realizar esse debate a contento, examinamos os regulamentos prisionais, mas também as “partes diárias” que são as comunicações exaradas pela direção do estabelecimento (diretor, subdiretor e chefe dos guardas) registrando ocorrências que consideravam danosas ao ordeiro andamento da rotina institucional. Além disso, muito valiosas são as impressões fornecidas pelos relatórios e pareceres elaborados pelo Conselho Penitenciário, órgão consultivo e colegiado, criado por determinação do decreto-lei 16.665 de 1924, que era responsável pela concessão do livramento condicional e comutação das penas (Britto, 2019).

Em seguida, investigaremos o que os presos comuns liam. O conteúdo que acessavam nos jornais. Para tanto, será preciso familiarizar o leitor com o contexto da Revolução de 1930 no Recife de modo a registrar o lugar proeminente que a Casa de Detenção ocupou como tópos estratégico da Aliança Liberal em Pernambuco, apresentando a instituição como epicentro repressivo do governo de Estácio Coimbra, governador que será deposto pelo golpe desfechado pelos aliancistas. Uma maneira viável para constatar a consolidação dessa estratégia é perscrutar as páginas dos periódicos que eram “próceres dos aliancistas”, sobretudo, o Diário da Manhã que foi o veículo principal da divulgação da agenda dessa coligação.

Por fim, e parte nodal do texto, demonstraremos como os presos comuns se apropriaram dos discursos aliancistas e, por meio da escrita, reivindicaram do governo de Carlos de Lima Cavalcanti, interventor em Pernambuco, melhorias no cotidiano da instituição. Buscamos demonstrar como a escrita foi parte de uma

estratégia de mobilização política engendrada pelos presos comuns. Aqui a discussão é abastecida por cartas, petições, requerimentos, redigidas pelos presos comuns. Sustentaremos que esses homens foram capazes de pressionar as autoridades pela prática da escrita, ponderando os riscos e ganhos envolvidos em cada uma dessas circunstâncias, por meio de um processo de coalescência que fundia experiências sociais e aprendizados institucionais.

“Uma literatura imaginosa”: a circulação de jornais na Casa de Detenção do Recife

Inicialmente, cumpre salientar que a Casa de Detenção era uma instituição que tinha por perímetro sensível a dinâmica urbana da cidade do Recife. Qualquer apreciação institucional que ignore essa condição pode incorrer em simplificações. Portanto, pensamos que sua localização é um fator basilar para avançarmos no entendimento das dinâmicas internas que foram engendradas, em diversas conjunturas, pelos presos da instituição. Contornada pela interação da área central, a prisão estava conectada duplamente às dinâmicas políticas. Primeiro, foi um mote recorrente do debate político no Recife, tópos estratégico de crítica da oposição aos administradores da cidade; e, por outro lado, as ocorrências citadinas rapidamente tornavam-se conhecidas pelos presos (Britto, 2014). José Mamede Ferreira Alves, engenheiro, diretor da Repartição de Obras Públicas, foi a quem se conferiu a responsabilidade de edificar o novo prédio. Mamede expunha aos seus colegas deputados que havia elaborado um projeto arquitetônico a fim de construir um edifício que servisse, exclusivamente, para a detenção. Nesta ocasião, argumentava acerca da impossibilidade do mesmo prédio, simultaneamente, ser utilizado como casa de correção e detenção, entre outras razões, por necessitarem de diferentes distanciamentos em relação ao centro urbano da cidade (Britto, 2014). O terreno escolhido estava situado na margem direita do Rio Capibaribe. Não tardaria muito para que a dinâmica de crescimento da cidade suplantasse essas características iniciais, afinal, o aludido isolamento gradativamente foi reduzido em função do adensamento urbano vivenciado no Recife (Arrais, 2004).

Em suma, uma das marcas que distinguiam a instituição desde os seus albores era justamente o fato de que “abrigava um mundo bem menos isolado do que se pretendia da cidade do Recife” (Maia, 2009, p. 130). Em 1924, o respeitado penitenciário Lemos de Britto considerou a instituição prisional do Recife como a melhor existente no “Norte da República”, mas atribuía-lhe como maior fragilidade justamente a proximidade que mantinha com a cidade, uma vez que faltava “o que é para desanimar, uma área suficiente em derredor, estando encravada entre as ruas do centro da renovada Maurícia” (Lemos Britto, 1924, p. 264).

Aquela era uma prisão marcada por intensos fluxos e, não raro, as mais variadas informações rapidamente chegavam aos presos. Sabemos, a partir das formulações de Philippe Combessie, que o perímetro externo imediato das instituições prisionais é um componente significativo na conformação de suas dinâmicas internas (Combessie, 1998). No Regulamento institucional vigente em 1930 era patente a severa intervenção sobre a prática da escrita e do recebimento de cartas. De modo que constituía transgressão disciplinar o ato de “submeter correspondência a quem quer que seja sem o visto do subdiretor” (Regulamento [...], 1930, art. 40).

A presença constante de visitantes e trabalhadores externos na Casa de Detenção, associada à exígua quantidade de guardas para supervisioná-los, era um problema de longa data. Remonta já às primeiras décadas de seu funcionamento o surgimento de uma crítica pertinaz que sublinhava os inconvenientes advindos da sua localização nas adjacências das ruas centrais. A ideia de que a leitura de jornais políticos concorria para tumultuar a dinâmica interna constitui, ao longo do Oitocentos, uma preocupação central dos administradores da Casa de Detenção (Britto, 2014).

Em 1930, a situação não havia se alterado substancialmente. Ao menos, é essa impressão que construímos no diálogo com as evidências compulsadas. Apesar dos dilatados índices de analfabetismo, os jornais foram um dos canais que os presos utilizaram para interpretar os acontecimentos políticos que estavam na ordem do dia. Essa situação decorria do intenso contato com as pessoas de fora da instituição e com periódicos que chegavam por seu

intermédio. Neste sentido, nos parecem elucidativas algumas passagens do relatório do Conselho Penitenciário exarado em 1929. Para o diretor do órgão:

A correspondência quer para o interior quer para o exterior da prisão deve ser objeto de uma vigilância efetiva e constante. A leitura de jornais de publicação diária na prisão deve ser limitada, ou talvez, excluída o que seria muito melhor. Os jornais diários publicam sempre e sempre com minúcias e detalhes excessivos notícias de crimes de toda ordem, dos mais simples aos mais horríveis, fazendo uma literatura imaginosa que pode impressionar demasiado a mente dos sentenciados, pessoas que foram afeitas muito tempo ao crime, outras que até mesmo foram levadas de ocasião, por circunstâncias diversas (Amazonas, 1929, p. 11).

Acompanhemos, um pouco mais, o relato do presidente do Conselho Penitenciário de Pernambuco de 1929:

A promiscuidade da Penitenciária do Recife entre os sentenciados e não sentenciados a frequência intensa e contínua sem a menor regulação de pessoas estranhas ao estabelecimento e em comunicação com os sentenciados; *a liberdade completa que se lhes dá para a compra e a leitura de livros e jornais de toda espécie*; a permissão de agiotagem entre os presidiários e o comércio franco do fumo e outros artigos havendo sentenciados estabelecidos no interior da Penitenciária – tudo faz da Penitenciária do Recife uma simples Casa de Detenção (Amazonas, 1929, p. 293, grifo nosso).

Os detentos acessavam cotidianamente as informações dos jornais. Devemos ressaltar que, desde 1920, existia na Casa de Detenção uma oficina gráfica e outra de encadernação onde funcionavam as instalações da Imprensa Oficial do Estado, o que facilitava o acesso de alguns presos aos jornais. Em 1932, o diretor Miguel Calmon requeria providências quantos aos contatos perigosos que certos detentos tinham com os empregados da imprensa oficial. Enviou ao chefe daquela repartição recomendações para recrudescer a vigilância sobre seus servidores, sobretudo, em virtude do “fato de se prestarem os mesmos a conduzir correspondências clandestinas de detentos não visadas pela diretoria desta penitenciária” (Calmon, 1931, p. 22).

Dessa forma, quando a direção identificava o detento que era escritor contumaz não hesitava em aplicar-lhe as mais severas penas contidas no regulamento posto que sua ação poderia influir no ânimo dos demais e na ordem do estabelecimento prisional. Em 1933, a direção do estabelecimento articulou uma verdadeira ofensiva contra a entrada de jornais. Segundo o presidente do

Conselho Penitenciário era pujante a necessidade de proibir o fluxo ininterrupto desses materiais no interior da instituição, uma vez que, esse era um hábito pernicioso para uma vida ordeira no cárcere e fomentava atitudes indesejáveis para o projeto penitenciário e para a própria manutenção da ordem no interior da penitenciária (Amazonas, 1933). Sua objeção era direcionada ao fato de que o:

recebimento de jornais de toda ordem [...] é elemento excessivamente nocivo aos fins do recolhimento de criminosos sentenciados à penitenciária. *Não será com a leitura, com o conhecimento diário do que se passava fora das prisões, com a leitura pormenorizada de quanto crime se comete contra a sociedade, descritos nos jornais diários como luxo de particularidades que se poderá atingir ao fim de fazer-se regenerar-se o criminoso condenado* (Amazonas, 1933, p. 9, grifo nosso)

Mas, se podemos asseverar que os presos comuns liam e, mais do que isso, esforçavam-se para continuar acessando os jornais de circulação diária da cidade, o que liam? Devemos agora apresentar como a temática da prisão foi instrumentalizada em um contexto de luta político que caracterizou o agitado ano de 1930. O que falavam os jornais sobre a prisão e os presos, eis o que passamos a discutir.

“A Masmorra Estacista”: a Casa de Detenção do Recife como tópos da propaganda da Aliança Liberal

Na cidade do Recife, a campanha política de mobilização da Aliança Liberal buscou explorar sistematicamente as vicissitudes do governo de Estácio Coimbra. É, nesse quadrante, que a temática da segurança pública e da Casa de Detenção em particular são instrumentalizadas. A coligação política conhecida como Aliança Liberal foi decorrência de uma cisão oligárquica. Divergências sucessórias entre as elites hegemônicas no cenário nacional permitiram que as pretensões de forças, até então, marginais pudessem emergir no jogo político e se projetar como alternativa viável. Essa situação era uma demonstração inequívoca de que os fundamentos que geriam o sistema político da Primeira República estavam seriamente desgastados, como já indicavam diversos episódios ao longo da década de 1920, dentre os quais salientamos a Reação Republicana (Ferreira; Pinto, 2006).

É, portanto, sob o signo do vago lema “representação e justiça” que a sua plataforma vai se estruturando. Nesse sentido, é preciso salientar que foi a partir de uma crítica estritamente contra o sistema eleitoral e o funcionamento desvirtuado das instituições políticas que a Aliança Liberal foi auferindo projeção. Suas questões centrais eram a moralização do sistema político e a integração de novas frações da elite no bojo do sistema de governo. Segundo Boris Fausto, é por isso que a Aliança Liberal é oriunda de grupos desvinculados da oligarquia cafeeira e só parcialmente incorporou as suas reivindicações econômicas. Para ele, “a reforma política é o centro de seu programa [...]. a grande arma e denominador comum da Aliança é a defesa da representação popular, através do voto secreto e da designação de magistrados para a representação das mesas eleitorais” (Fausto, 1995, p.235).

É por meio dos debates e da intensa propaganda local que o sistema prisional e a política repressiva do governo emergem como uma senda estratégica por meio da qual poderia se operar a sua deslegitimação e, concomitantemente, promover a apologia dos aliancistas para o pleito eleitoral vindouro. Em meio às acerbadas disputas contra o situacionismo de Pernambuco, é justamente contra a ação policial e o funcionamento da Casa de Detenção do Recife que os argumentos mobilizados incidem majoritariamente. A ênfase recorrente nos casos – reais e fictícios – de torturas e desmandos perpetrados pela administração de Estácio Coimbra foi, sem dúvida, uma das formas mais recorrentes que os partidários da Aliança Liberal mobilizaram para sensibilizar a opinião pública no Recife e explicitar as ineficiências e arbitrariedades cometidas pelo governo.

Uma preocupação central da gestão de Estácio Coimbra foi, justamente, um reforço nos mecanismos de controle social. Nessa direção convergem as descrições de historiadores, memorialistas e das próprias fontes primárias. Frederico Pernambucano de Mello, por exemplo, salienta que “Vivíssima foi a ação do governo no plano da segurança pública [...] fazendeiros e chefes políticos importantes são presos e descem para a capital na cela batida da Casa de Detenção” (Mello, 1991, p. 75). Conforme as observações de Gregório Bezerra, a repressão política foi uma diretriz basilar do governo Estácio Coimbra. Segundo

as recordações do líder comunista, “em Pernambuco, o governo de Estácio Coimbra era tipicamente policial, o povo e a classe operária viviam sob um terrorismo nunca visto até então” (Bezerra, 1980, p. 216).

Gradativamente, consolida-se o entendimento entre os principais aliancistas do Recife que as críticas que tinham como mote as prisões eram uma forma privilegiada de demonstrar o caráter exclusivamente autoritário e policial do governo instituído. Jornais dos irmãos Caio e Carlos de Lima Cavalcanti – este último será nomeado interventor de Pernambuco após a vitória dos aliancistas – representavam o principal instrumento que veiculava os ataques ao governo ao passo que realizava explícita campanha em prol da bandeira aliancista. É, sobretudo, nas páginas do Diário da Manhã que encontraremos uma campanha sistemática que tinha em vista atacar o governo pelo prisma do mundo prisional. Nas penas de seus articulistas a prisão emergirá com os contornos característicos de uma “masmorra estacista” (Britto, 2019). Os alvos desses ataques eram seus gestores que sempre eram caracterizados como agentes da barbárie cotidiana vivenciada na Casa de Detenção. A estratégia era demonstrar que a concepção política em que se pautava o governo é que era o núcleo primordial dos problemas que se reproduziam na instituição, reflexos dos valores deturpados que, nesta perspectiva, eram componentes inerentes à prática política da oligarquia “perrepista”. Assim, é possível constatar que alguns articulistas que faziam veemente oposição ao governo chegavam mesmo a reputar a prisão do Recife como sendo uma referência e salientavam que “a Casa de Detenção ainda é um edifício que faz inveja à quase totalidade das cadeias, inclusive a da capital Federal” (O exagero [...], 1930, p. 3). Mas desde que gerida por uma política equivocada e imoral, tornava-se a representação de um governo tirânico e antipopular (O exagero [...], 1930, p. 1). A partir da temática da repressão se articulavam as críticas ao governo e o seu ponto de maior incidência são as condutas dos principais agentes responsáveis pela estrutura repressiva do Estado: o chefe de polícia Eurico de Souza Leão e o inspetor Ramos de Freitas. Ironicamente, os redatores salientavam que “Ramos de Freitas desenvolvia extraordinária atividade” na medida em que de modo recorrente vivia “interrogando, aconselhando e ameaçando os presos a não comparecerem à recepção da Caravana Liberal” (O bengalão [...], 1930, p. 4).

Geralmente, nesses relatos que antecedem imediatamente a Revolução de 1930, a Casa de Detenção do Recife é apresentada como uma instituição de notório uso político e sua função precípua seria debelar a atuação dos adversários do governo. A temática da prisão é inserida de forma genérica e se os presos são eventualmente nomeados nestas narrativas é para ampliar a repercussão das notícias, muito em função do status social do detido (Britto, 2019)

Em outra passagem, a menção ao uso político da prisão se torna ainda mais explícita. Para o articulista essa ação de repressão à oposição local demonstrava uma atitude de desespero e era o prenúncio da vitória dos aliancistas. Assim, entediam que “as prisões numerosas, cada vez mais arbitrárias, que se verificam nesta capital e no interior para cercear as expansões entusiasmáticas do povo pela causa liberal demonstram as apreensões do reacionarismo estacista prevendo sua derrota” (O bengalão [...], 1930, p. 1).

Em suma, no decurso da campanha política da Aliança Liberal contra o governo de Estácio Coimbra até os conflitos militares concretos que sagraram a vitória revolucionária em Pernambuco, a Casa de Detenção do Recife esteve envolvida direta ou indiretamente com aqueles eventos. Os presos comuns perceberam o caráter recorrente com que muitos jornais vinculados aos aliancistas criticavam o funcionamento da instituição. Essa situação concorreu para que os presos atentassem para as dinâmicas políticas que se processavam no Recife e delas tentassem extrair alguns benefícios. Nesse sentido, quase que simultaneamente a vitória dos aliancistas em Recife pode-se constatar a emergência de um conjunto de menções de apoio e solidariedade aos líderes da Revolução circulando pelos jornais da cidade que tinham como remetentes os indivíduos encarcerados.

“Porque nós éramos liberais”: a conjuntura política nos escritos dos presos comuns

Ao que nos deixam entrever as evidências examinadas, os presos da Casa de Detenção do Recife observaram com entusiasmo a centralidade que as disputas políticas externas acabaram conferindo ao mundo da prisão. Afinal, aqueles agentes que sistematicamente criticavam as condições de

funcionamento da instituição galgaram aos postos de poder no contexto da interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti.

Ora, é possível pensar o uso da retórica aliancista pelos presos comuns de formas multifacetadas. Não se tratou de simples emulação, mas de uma manipulação operada arditamente pelo prisma da prisão. O mecanismo mais utilizado pelos detentos nestes escritos parece ser o da “simulação”, quando os atores optam por tomar “de empréstimo o vocabulário de um grupo que não é o seu para sustentar um discurso do seu grupo, fazendo aparecer como discurso de outrem” (Robin, 1977, p. 45). Devemos lembrar o quanto é arriscado apreender a palavra emitida pelos agentes como um índice inequívoco de seu comportamento ou mesmo de sua vinculação política efetiva.

Filtrando, combinando e subvertendo o sentido da argumentação dos periódicos aliancistas os presos perfizeram sua argumentação. Como bem demonstrou Roger Chartier, “a leitura de um texto pode escapar à passividade que tradicionalmente lhe foi atribuída. Ler, olhar ou escutar são efetivamente, uma série de atividades intelectuais que [...] permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência”. (Chartier, 1988, p. 59). Ora, sabemos que os enunciados propalados pelos periódicos não eram unívocos, espécie de letra morta, ao contrário, prestavam-se a diversas e inesperadas utilizações visto que a interpretação “é o lugar onde se produz o encontro, sempre diferente, entre a palavra já escrita e os novos sentidos que os leitores lhe vão dando” (Certeau, 1994, p. 264).

No andamento dos conflitos armados que culminariam na vitória da Revolução, a Casa de Detenção do Recife e os seus guardas converteram-se no último núcleo de resistência militar do governo. No momento imediato da queda do estabelecimento formou-se uma multidão que tentava a todo custo invadir o estabelecimento prisional. Essa concentração de pessoas defronte à instituição estava diretamente ligada ao fato de que ali estavam presos os assassinos de João Pessoa, que estava já envolto numa atmosfera de heroísmo e suscitava grande clamor em diversos segmentos da população. Na época, de modo constante propalava-se existência de um sofisticado plano para promover a

evasão de João Dantas e seu cunhado, mediante aquiescência do próprio administrador (Britto, 2019).

Pierre Lascoumes (2006) estudou acuradamente as correlações entre rupturas políticas e as diretrizes que regem o sistema penitenciário. A partir do escrutínio e comparação de diferentes realidades nacionais, o autor indicou uma incrível inércia do funcionamento cotidiano das prisões mesmo quando, ao nível do regime político, se processaram mudanças importantes na orientação vigente e até nos grupos que conduziam o Estado (Lascoumes, 2006).

Não obstante, se direcionarmos nossa atenção para outro nível de análise, menos institucional e normativo, é possível constatar que os presos estão mais suscetíveis a captar as reverberações políticas advindas do mundo externo, sobremaneira, quando essas parecem-lhes suficientemente capazes de viabilizar melhorias concretas. Dessa forma, se as diretrizes e normas regimentais que balizam o funcionamento prisional demonstram muitas continuidades diante de transformações políticas significativas que se processavam no mundo exterior, os indivíduos encarcerados têm se mostrado particularmente atentos a esses momentos conflituosos em que a temática da prisão emerge, ainda que de modo evanescente, no proscênio dos debates políticos. As prisões e as localidades onde elas estão edificadas passam a estar conjugadas em um sentido bastante tangível na medida em que “qualquer episódio interno tem quase de imediato repercussões externas, e vice-versa” (Cunha, 2008, p. 26). Desse modo, sabemos que a imagem da prisão de uma dada conjuntura pode ser alterada fundamentalmente sem que seu funcionamento cotidiano tenha experimentado qualquer mudança substancial nas rotinas.

Coadunamos as proposições de Michelle de Perrot quando defende que o cotidiano da prisão e a organização política dos presos são influenciados pelas mobilizações políticas externas, sobretudo, em momentos de intensa agitação e ruptura da ordem social. A historiadora torna patente que “apesar, de todos os encerramentos, a prisão não é um mundo fechado e subtraído. A revolta dos homens livres estimula a dos encarcerados” (Perrot, 1988, p. 292). Euforia e esperança foram, possivelmente, sentimentos que emergiram imediatamente durante os conflitos. Disso nos dá indícios não só a documentação indireta,

produzida pelas autoridades e articulistas, mas também os escritos dos próprios presos. A complexa associação entre a organização de ações de contestação política no interior das prisões e sua capacidade de repercussão pública foi sublinhada pelo historiador Pedro Oliver Olmo, visto que a existência de “aliados” ou circunstâncias externas favoráveis é um fator importantíssimo para abastecer as ações internas dos presos e concorrem para condicionar a eclosão desses fenômenos (Oliver Olmo, 2005). Essa é a mesma percepção sustentada por Michel Foucault para quem muitas rebeliões deflagradas no sistema penitenciário francês, ao longo do século XX, só podem ser explicadas se tivermos em conta a articulação entre a “politização no interior das prisões” e a “politização do problema da prisão no exterior” (Foucault, 2006, p. 62-63).

A ocasião da queda da prisão frente ao movimento revolucionário parece ter se revestido de grande impacto para a percepção dos presos que estavam encarcerados. Ao menos, é o que deixa entrever o relato de um jornalista que esteve preso no período que antecedeu imediatamente a rendição do estabelecimento prisional. Alguns redatores do Jornal do Recife, entre eles Pedro Lopes Júnior, foram detidos pelo delegado do 1º distrito Luiz Cabral de Mello no decorrer dos conflitos e encaminhados para o interrogatório. De acordo com seu relato foi possível perceber uma intensa movimentação dos presos que estavam na cela em frente. Com alguma dificuldade o redator disse ter sido capaz de perceber que “os presos da cela 9-1, em frente a nossa, nos faziam acenos significativos” (Britto, 2019, p. 96)

Em uma dessas reportagens que versava sobre as façanhas do preso Francisco Xavier Pereira – de 79 anos e que há 22 era “hóspede” da Casa de Detenção – o jornalista reproduziu o depoimento de um guarda que, entre outras coisas, mencionava o estado de ebulição que pôde ser constatado no interior da penitenciária quando do advento da vitória dos aliancistas. De modo bastante elucidativo, o funcionário afirmou que:

Quando rebentou a Revolução de 4 de outubro os presos botaram em polvorosa o cemitério dos vivos. Foi um verdadeiro dia de juízo. Todos os detentos participavam, em ideias, do movimento revolucionário. Assim arrebetavam a grade e tudo o mais que não podia resistir aquele entusiasmo louco. E falavam em ganhar a rua.

Não era possível, diziam eles, que o Brasil Novo não nos mande pra casa. “Negrada! Vamos pra casa” (“No cemitério [...], 1931, p. 1).

Outro indício da simpatia dos presos comuns pela Revolução pode ser encontrado na documentação do Conselho Penitenciário de Pernambuco. Acerca das ressonâncias imediatas da Revolução de 1930 no cotidiano da instituição prisional, Joaquim Amazonas, presidente do instituto, entendia que os detentos construíram uma leitura destoante da realidade e associavam aqueles acontecimentos com a ampliação da facilidade para obter a liberdade ou redução de suas penas. De modo elucidativo o relato de Joaquim Amazonas sugere que o otimismo dos presos com a revolução ganhou materialidade, primeiramente, numa verdadeira enxurrada de pedidos de livramento condicional. Segundo ele:

A partir de janeiro de 1931 muitos sentenciados, em número maior que 500, às vezes dos mais célebres e perigosos, cuidando em sua bronca imaginação que a Revolução de 1930 se fizera, principalmente, para lhes abrir as grades da prisão, entraram a requerer perdão das penas que se acham condenados (Amazonas, 1933, p. 6).

Apesar de úteis são relatos bastante indiretos e pouco conclusivos. Os documentos redigidos pelos próprios presos são o arcabouço principal que utilizamos para constatar impacto da conjuntura política no cotidiano prisão. Sabemos que as modernas instituições desenvolverem uma verdadeira guerra contra os escritos de presos. A historiadora M. Perrot já salientava que a prisão “recusa a palavra e esconde o escrito. Quando não o destrói” (Perrot, 1998, p. 238). Nos regulamentos prisionais constavam comumente um autêntico “panóptico gráfico” nos termos de Philippe Artières (2006), mas, por outro lado, os presos foram bastante inventivos não só ler, como produzir seus próprios textos que oscilaram da deferência à denúncia explícita.

Para as questões que balizam este trabalho, são as correspondências dos presos comuns – cartas, petições e requerimentos – que permitem atestar que os sentenciados manipulavam o discurso da Revolução para questionar e denunciar o que entendiam ser diversas irregularidades no funcionamento da prisão. Nestes documentos, escritos pelos próprios detentos, o conteúdo político e uso da retórica aliancista é marcante.

Já no dia 20 de outubro de 1930, passados poucos dias do triunfo da Revolução de 1930 em Pernambuco, encontramos uma correspondência que recorria ao anonimato como forma de burlar as possíveis retaliações que poderia incorrer o remetente em virtude do seu conteúdo. Assinava a correspondência como um “sentenciado, um humilde respeitador de Vossa Excelência”, pouco abaixo salientava que, por precaução, “deixo de assinar para não prejudicar a minha situação” (Sentenciado [...], 1930, p. 753).

Sem subterfúgios, o sentenciado iniciava sua argumentação pontuando que se sentia honrado pela possibilidade de poder “comunicar a Vossa Excelência as arbitrariedades que se desenrolam na Penitenciária e Detenção do Recife. Começando pelos empregados desta administração [...] que aqui habitam explorando todos os encarcerados e os cofres do Estado a começar por esses tipos que vou declarar os respectivos nomes” (Sentenciado [...], 1930, p. 753).

Curioso, mas também revelador do impacto da conjuntura revolucionária no âmbito da prisão, é quando atentamos para quem a correspondência era remetida. Não se trata de nenhuma autoridade da interventoria de Pernambuco. O sentenciado incógnito buscava auxílio de ninguém menos que José Américo de Almeida. O leitor mais familiarizado com a história da Revolução de 1930 no Nordeste seguramente lembrará que José Américo havia sido o secretário de segurança pública de João Pessoa e membro da Aliança Liberal. Além disso, na ocasião da vitória revolucionária, acompanhou de perto Juarez Távora, o “Vice-Rei do Norte”. Em suma, podemos afirmar com segurança que José Américo era “na época um dos mais importantes revolucionários nortistas, intitulado Governador-geral do Norte durante o movimento de 30, cargo atribuído por Juarez” (Lopes, 2014, p.49).

Mais adiante é possível notar como o detento mobiliza fartamente todo um conjunto léxico comum aos aliancistas e se apropria do vocabulário que predominou na luta política nos anos iniciais da década de 1930. Amalgamando o cotidiano da prisão e o discurso político emitido pelos aliancistas o detento afirmava que:

O famigerado diretor deste estabelecimento que vive espancando os presos pelo simples fato de não contar com um só sentenciado

que abraçasse a *política caída*. O homem monstro é esse diretor pois nos todos e quem conhece *este perrepista* ver e ler na fisionomia deste Lampião que *ele é um verdadeiro estacista* e além disto não pode ficar à frente deste estabelecimento pois os governos com esses homens a frente desta casa não estarão livre de uma traição (Sentenciado [...], 1930, p. 753, grifo nosso).

O diretor mencionado é Joaquim do Rego Cavalcanti que assumiu o cargo ainda no governo de Estácio Coimbra e permaneceu nesta condição alguns dias após a vitória revolucionária. O detento, portanto, tentava retirar o diretor do cargo mostrando que sua presença na gestão da prisão era incompatível com a vitória revolucionária. A carta foi assinada no dia 20 de outubro de 1930. Tomando como verossímil as notas oficiais do governo, três dias antes do detento redigi-la o governo revolucionário optou por trocar a direção da instituição e nomeou “Urbano Ribeiro de Senna no dia 17 de outubro” (Britto, 2019, p. 130).

Os termos acima sublinhados eram parte do vocabulário político da época e a sua utilização é um indício robusto da inserção dos presos comuns naqueles debates, assim como, da consciência de que ao utilizá-los poderiam denotar-se vinculados aos revolucionários no poder. Em seguida, o detento esforça-se para tecer uma estrita conexão entre os desmandos perpetrados pelo diretor e as orientações políticas. O vocabulário articulado na correspondência desse detento dá a ver uma estratégia sofisticada para alcançar os seus objetivos. Não se tratava simplesmente de alguém que prevaricava na condição de diretor. Esses desmandos eram decorrência de seu vínculo ideológico com “perrepismo” e o “estacismo”, em suma, esse gestor era um sujeito com vínculos políticos com agentes da “situação caída”. De fato, esse relato sugere um grau de entendimento da realidade política por parte dos presos comuns que normalmente a historiografia da temática tendeu a subestimar ou, quando não, incorreu na completa negligência.

O detento denunciava ainda um esquema de desvio de alimentos que era conduzido pelo diretor do estabelecimento. Em seguida, retoma a estratégia de associar a política partidária com as arbitrariedades que estavam sendo cometidas na Casa de Detenção. O “célebre ajudante” Barboza é, desta vez, o alvo das admoestações do sentenciado. Reafirmava que todos saibam que “este é um perrepista alterado, castiga os prisioneiros que falavam no nome do antigo

Presidente João Pessoa” (Sentenciado [...], 1930, p. 753). A citação do nome do principal mártir da Aliança Liberal parece indicar que os presos conheciam as dinâmicas do contexto político e não eram alheios ao mundo político que os cercava. A historiografia já demonstrou fartamente o papel político e simbólico que a morte do presidente da Paraíba desempenhou no desencadeamento do levante armado em outubro de 1930. Em torno do seu nome articularam-se uma série de construções simbólicas, de modo que “a morte de João Pessoa e o projeto vitorioso da Aliança Liberal que o transformou em mito relevante para a captura do aparelho de Estado, envolveram uma variada produção de signos representativos de sua memória sacralizada” (Aires, 2012, p. 287). Por certo, deveriam saber que a menção ao nome do mártir do movimento revolucionário poderia, eventualmente, concorrer para sensibilizar o destinatário da mensagem ao passo que demonstrava adesão irrestrita dos presos da Casa de Detenção ao movimento vitorioso em 1930.

As reclamações não paravam ao passo que estratégia se mantém inalterada. A correspondência cita um guarda que é cognominado de “sutão Valença” que vivia a propalar que “preso só presta para morrer no cacete” (Sentenciado [...], 1930, p. 754). Por fim, nem mesmo o chauffeur do diretor Joaquim Cavalcanti escapa às repreensões emitidas pelo sentenciado que salientava que este indivíduo era conhecido por todos como:

[...] um protegido do estacismo, na tomada da detenção foi quem mais atirou, deixava as posições e vinha atirar nas crianças e senhorinhas que passavam, mas não podendo fazer suas vontades do lugar que estava entrava para os raios armado de fuzil Off-Kiss e vinha tomar posição nos quartos de volta o mesmo dizia que era pra não perder um tiro (Sentenciado [...], 1930, p. 754).

Encontramos no decurso da pesquisa várias correspondências de presos da Casa de Detenção que mobilizam argumentos e a retórica da Revolução de 1930 a fim de pedir ou exigir intervenção do governo instituído em outubro. Nota-se nessas correspondências uma oscilação, e amálgama, entre exigências, fundadas em notas emitidas pelo Estado, e pedidos deferentes cuja fundamentação é a bondade e novo senso de justiça dos revolucionários. Neste particular, a estratégia dos presos parece convergir com aquela adotada por muitos trabalhadores, fora das prisões, que remetiam correspondências ao chefe

do poder executivo com vistas a demandar, por um lado, “auxílio como um direito legal; de outro, como uma forma de caridade e justiça” (Fischer, 2006, p. 418).

Uma das correspondências mais interessantes é a carta assinada pelo detento Nicodemos Antônio dos Santos, na qual se autointitula de “liberal”. Sua intenção era também denunciar um conjunto de irregularidades e castigos que o “diretor perrepista” estava realizando. Afirmava que o cotidiano carcerário era tão funesto que nem mesmo podiam “falar em nome do presidente”, pois, quem assim procedesse era submetido a diversas punições dentre as quais “ser carregado a ferro”. Em um dos pontos centrais da carta afirmava que neste período a repressão aos detentos era de tal monta que “foram proibidos de entrar jornais de oposição aqui, por que nós éramos liberais e este homem fazia dos presos o que Judas fez com Cristo” (Santos, 1930, p. 862).

Esse fragmento demonstra, uma vez mais, a função relevante que os periódicos de oposição angariaram como fonte de informação e politização dos detentos comuns no contexto da Revolução de 1930 e nos seus desdobramentos imediatos. Os periódicos que propalavam as ideias aliancistas e que haviam denunciado as arbitrariedades da instituição prisional recifense sob a égide do regime de Estácio Coimbra tornaram-se agora, com o golpe de outubro de 1930, órgão oficioso do governo.

As menções aos periódicos são explícitas e instrumentais. Além de melhorias, por vezes, buscam evitar punições decorrentes das burlas ao regulamento. Quem compulsar as cartas e petições remetidas pelos presos comuns encontrará reiteradas alusões aos jornais governistas, às campanhas políticas e aos seus mártires, ao léxico político da Aliança Liberal. Lola e Cosme, por exemplo, eram dois presos comuns que trabalhavam na cozinha da instituição e remeteram, à revelia do regulamento, cartas ao interventor e ao secretário de justiça. Suas correspondências foram interceptadas pela direção. A fim de justificar a burla do ordenamento institucional afirmavam que agiram somente “baseados no que publicou o Diário da Manhã que estava na época de denunciar o que permanecia latente” e decidiram escrever “ao Exmo. Dr. Secretário de Justiça contra o guarda Gercino” (Silva, 1930, p. 841). Usavam seletivamente a argumentação do periódico governista, para seus próprios fins de defesa.

Outra correspondência foi remetida da Casa de Detenção, em meados de janeiro de 1931, pelo detento Edgar Alves de Santa Cruz, um “pardo”, de 26 anos de idade que era mecânico de profissão. Conhecido como um escritor “contumaz”, até mesmo vendia seus préstimos a outros detentos analfabetos. Além de enfatizar outros argumentos, a carta demonstra um poder de persuasão bastante elevado destoando da forma simples e direta que podemos constatar na maior parte das outras correspondências. Sua epístola, apesar de não preterir a forma deferente, se distingue pelo tom legal de sua requisição e pela obrigação que tinha o governo de agir para debelar as irregularidades por ele minuciosamente enumeradas (Cruz, 1931, p. 214).

Antes da argumentação propriamente dita buscava demonstrar que suas colocações eram, inequivocamente, alinhadas com as diretrizes políticas exaradas pela interventoria de Pernambuco. As diversas notas emitidas pelo governo autorizando denúncias de irregularidades na gestão anterior foram interpretadas pelos detentos como o escopo legal que legitimava suas ações. Portanto, sua ação não só era legítima como encontrava respaldo legal. Desse modo, afirmava que:

Na conformidade dos preceitos e dispositivos legais vigentes do programa revolucionário e tendo em vista as decisões do excelentíssimo Interventor Federal do Estado punindo, depois das provas legais, a quem se apoderava do poder para os fins de praticar as maiores irregularidades levo ao conhecimento do Excelentíssimo senhor praticado pelo ex-diretor da Penitenciária da capital que se reveste de circunstâncias verdadeiramente escandalosas dentro da esfera onde se aplica a lei, quer dentro da esfera do sentimento humano (Cruz, 1931, p. 214).

O cerne de sua argumentação reside na imputação de torturas perpetradas ou aquiescidas por Joaquim Cavalcanti e seus prepostos. Conforme o preso, no período em que esteve o diretor na condução da penitenciária era banal “as maiores irregularidades com alguns detentos hoje com sinais físicos sobre o corpo, dentes quebrados, beiços lascados e talhos de umbigo de boi” (Cruz, 1931, p. 214). Impressiona neste relato o esforço hercúleo para demarcar a incumbência que tinha o governo revolucionário em intervir na instituição em nome dos princípios que caracterizaram a propaganda política aliancista na cidade do Recife. Afinal, segundo a interpretação articulada pelo detento era “o ideal do programa revolucionário punir os criminosos e sendo vítima de um desses fatos portanto é

meu dever primordial levar o caso em consideração pedindo a V. Excelência nos justos termos do direito” (Cruz, 1931, p. 214). Por fim, sugeria que a ação mais acertada a ser tomada pelo governo de Carlos de Lima Cavalcanti era “providenciar no sentido de enviar um emissário nesta penitenciária a fim de proceder de acordo com o programa revolucionário abrindo inquérito a fim de elucidar o caso” (Cruz, 1931, p. 214). A carta do detento sinaliza claramente uma elevação do tom comum nestas correspondências. Neste caso, não estamos diante de um simples pedido. O preso Edgar Alves de Santa Cruz pressiona os governantes demonstrando que a omissão naquele caso era, simultaneamente, uma negligência com o programa defendido pelos aliancistas.

Nem sempre esses queixumes de presos eram totalmente ignorados pelas autoridades revolucionárias. No caso em tela, por exemplo, conseguimos rastrear a abertura de inquérito para analisar o caso de maneira pormenorizada (Britto, 2019). Nas oitivas foi tomado o depoimento do detento Anízio de Queiroz que trabalhava na condição de chaveiro da instituição. Não sabemos qual o critério utilizado para que o preso fosse instado a depor, no entanto, o cargo de chaveiro era comumente ocupado por indivíduos reputados como dignos de confiança pela direção do estabelecimento. Segundo o chaveiro ele havia recusado “a ordem do diretor major Cavalcanti de aplicar castigos físicos no detento Edgard Alves de Santa Cruz, por haver ele se rebelado, em vista do diretor ter aplicado o castigo do quarto escuro” (Sindicância [...], 1931, p. 218).

Na percepção do eletricitista que trabalhava na instituição, o detento que reclamava às autoridades que havia sido torturado era um sujeito turbulento e pérfido. Constantemente confrontava o ordenamento prisional de modo que este funcionário o considerava como “o detento mais insubordinado e sem caráter desta penitenciária” (Sindicância [...], 1931, p. 218).

O inquérito arrola, por fim, o depoimento do antigo diretor, Joaquim Cavalcanti. No seu entendimento o sentenciado nem mesmo poderia ser considerado um homem de faculdades mentais em perfeitas condições e a loucura seria a explicação para tamanha repetição de infrações e insubordinações. Segundo ele:

[...] que tantas foram as transgressões que Edgard de Santa Cruz que ele respondente não tem a menor dúvida de julgá-lo um desequilibrado mental; que repetidas vezes fora Edgard surpreendido em flagrante delito de pederastia ativa contra companheiros durante o sono destes; que Edgard de Santa Cruz é de tal forma destituído de senso moral que conta sem repugnância aos seus companheiros os seus impulsos de pederastia [...] que Edgard de Santa Cruz é tão fértil em escrever cartas visando fazer mal que de uma feita escreveu uma carta desatenciosa a ele respondente com a assinatura do detento Osmar Faria contra quem procurava exercer uma vingança (Sindicância [...], 1931, p. 224).

O relatório final concluía desfavoravelmente à denúncia emitida pelo detento. O inquérito, portanto, foi arquivado e sua queixa associada a simples calúnia. Ainda assim, esse episódio nos relata de modo eloquente que nos anos imediatos a Revolução de 1930 alguns presos da Casa de Detenção passaram a utilizar os temas propagados pelos aliancistas a fim de angariar confiança e legitimidade frente aos novos gestores da máquina pública. Além disso, o governo revolucionário não poderia ignorar completamente aquelas demandas que se esforçavam para engendrar um alinhamento com o discurso que havia alicerçado parte significativa de sua propaganda política na cidade. O fato de as autoridades revolucionárias aquiescerem em instaurar investigações formais tendo por fundamento as denúncias remetidas por criminosos parece decorrer dessa situação. Embora, em nada o governo revolucionário foi mais complacente com os detentos do que o anterior.

Combinando a vaga retórica de moralização das instituições pregada pelos aliancistas antes da Revolução e as reiteradas notas oficiais emitidas pelo governo revolucionário que conclamavam a sociedade a denunciar as autoridades destituídas, os presos vislumbraram uma senda pela qual poderiam viabilizar a formulação de suas queixas. A partir da deferência, buscavam sensibilizar as autoridades para que observassem a prisão e, agora que estavam no poder, realizassem as transformações prenunciadas. O caráter anuente presente nas cartas dos presos parece ser mobilizado em consonância com o entendimento que este era o caminho mais adequado para angariar melhorias. Contra a objeção de que a ausência de radicalidade destas correspondências possa significar subserviência por parte dos presos comuns devemos nos lembrar das

formulações de Carlos Aguirre para quem as “respostas dos presos as suas condições de encarceramento não podem ser reduzidas a uma dicotomia entre resistência e acomodação (Aguirre, 2009, p. 64).

A transformação das estratégias de luta política dos presos é um dos pontos que nos importa tornar tangível ao leitor. Diante da ineficácia desses mecanismos de negociação esses presos passam a erigir uma série de enfrentamentos coletivos violentos na medida em que o governo revolucionário se mostrava cada vez mais indiferente aos queixumes e demandas que emergiram naqueles anos na Casa de Detenção do Recife. Em seguida, diante da inércia dos diretores nomeados pelo interventor de Pernambuco, os presos comuns passaram a organizar confrontos coletivos violentos, ocasião em que os presos políticos se mantiveram deliberadamente afastados. Mas esse é outro capítulo da história impressionantemente olvidada dos presos comuns, que novas pesquisas históricas devem trazer à baila.

Considerações finais

Abordando sobejamente as formas de solidariedade articuladas pelos presos políticos na Era Vargas, muitos trabalhos não conseguiram atinar para a possibilidade de um processo de politização dos presos comuns animado pelas “estruturas de oportunidades” (Tarrow, 1994) criadas pelos conflitos da elite política. Talvez, em função de não julgar que uma reivindicação possa ser considerada uma forma de intervenção relevante na arena política. Neste trabalho, reputamos essas cartas como parte do conjunto de mobilizações políticas engendradas pelos presos comuns. Ora, pensamos que se “trata-se uma forma política, por exemplo, quando aqueles que fazem reivindicações são do domínio de seu interesse imediato, as fazem de um modo coletivo, apoiando-se na opinião pública, dirigindo-se [...] ao governo, ao partido no poder” (Foucault, 2006, p. 63).

Devemos findar com a constatação que os presos não se mantiveram inertes diante da conjuntura de agitação política que se avolumava nas ruas e, sobretudo, foram argutos o suficiente para perceber que a crítica que os aliancistas faziam da prisão no Recife nos tempos de Estácio Coimbra abriam-

lhês perspectivas para encaminhar demandas e, sobretudo, denunciar as agruras que, há muito tempo, eram rotinas no mundo prisional e mantinham-se intactas após outubro de 1930.

Entendemos que esses escritos devem ser historicizados tendo em conta não apenas a dinâmica interna da prisão, mas as transformações e conflitos que caracterizam o Recife daqueles anos. Essas cartas e petições representam uma estratégia de negociação política. O cotidiano da prisão é apresentado sob o prisma do vocabulário político empregado pelos aliancistas antes da Revolução. A interpretação dos presos foi abastecida também pelos rumores e informações distorcidas que chegavam à prisão, mas ainda assim estavam conectadas ou foram produzidas em consonância com contexto de efervescência política disseminado pela cidade.

Portanto, reputamos que o contexto político conformado pela Revolução de 1930 no Recife funcionou como um elemento desencadeador de novas interações verticais (entre os presos e gestores da prisão) e horizontais (entre os diversos tipos de presos) no cotidiano da Casa de Detenção do Recife na medida em que produziu expectativas e inconformismos entre os presos.

Referências

AGUIRRE, Carlos. O cárcere na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 35-77. v. 1.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2012.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da Cadeia à Casa de Detenção (1830-1874)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

AMAZONAS, Joaquim. **Relatório do Conselho Penitenciário**. [Pernambuco]: Conselho Penitenciário, 1929. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo Fernando de Noronha. v. 55).

AMAZONAS, Joaquim. **Relatório do Conselho Penitenciário**. [Pernambuco]:

Conselho Penitenciário, 1933. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Secretaria de Justiça. Impressos, Caixa 2).

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2004.

ARTIÈRES, Philippe. A polícia da escritura: práticas do panóptico gráfico. *In*: GONDA, José; KOHAN, Walter (orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 37-49.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**: (primeira parte: 1900-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRITTO, Aurélio de Moura. Tocados da mania de escrever: a escrita como prática de contestação e denúncia na Casa de Detenção do Recife (1861-1875). **Revista Hydra**. São Paulo: Unifesp, v. 1, n. 2, p. 46-77, 2016.

BRITTO, Aurélio de Moura. A historiografia sobre as prisões na Era Vargas: notas preliminares ao debate. **História: Debates e Tendências – HDT**, Passo Fundo, v. 22, n.1, p. 44-61, jan./abr. 2022.

BRITTO, Aurélio de Moura. **Fissuras no ordenamento**: sociabilidades, fluxos e percalços na Casa de Detenção do Recife (1861-1875). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BRITTO, Aurélio de Moura. **O “germe da indisciplina”**: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CALMON, Minguel. **Ofício**. [Recife]: Casa de Detenção, 1931. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo Casa de Detenção do Recife. v. 4.1/48).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CESAR, Tiago da Silva. El ejercicio peticionario de presos durante el segundo reinado brasileño (Pernambuco/Rio Grande do Sul). *In*: OLIVER OLMO, Pedro; CUBERO IZQUIERDO, Maria del Carmen (org.). **De los controles disciplinarios a los controles securitários**: actas del II Congreso Internacional sobre la Historia de la Prisión y las Instituciones Punitivas. 1. ed. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2020. p. 621-634.

CHARTIER, R. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COMBESSIE, Philippe. The sensitive perimeter of a prison: a key to understanding the durability of the penal institution. *In*: RUGGIERO, Vincenzo (org). **The new European criminology**. London: Routledge, 1998.

CRUZ, Edgar Alves de Santa. **Petição**. [Recife]: Casa de Detenção, 1931. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Coleção Casa de Detenção do Recife. v. 159).

CUNHA, Manuela Ivone (org.). **Aquém e além da prisão**: cruzamentos e perspectivas. Lisboa: Editora Noventa Graus, 2008.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. *In*: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 227-256.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a revolução de trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. *In*: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006. p. 417-456.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006. v. 4.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

LASCOUMES, Pierre. Ruptures politiques et politiques pénitentiaires, analyse comparative des dynamiques de changement institutionnel, **Déviance et Société**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 405-419, 2006.

LEMOS BRITTO, José Gabriel. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. v. 1.

LOPES, Raimundo Hélio. **Um vice-reinado na República do pós-30**: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32. 2014. Tese (doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

MAIA, Clarissa Nunes. A Casa de Detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915). *In*: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 2. p. 111-153.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **A tragédia dos blindados**: um episódio da Revolução de 30 no Recife. Recife: Fundarpe, 1991.

NO CEMITÉRIO dos vivos. **A Notícia**, Recife, p. 1, 11 mar. 1931.

“Na época de denunciar”: a conjuntura política de 1930 e os escritos dos presos comuns da Casa de Detenção do Recife

Aurélio de Moura Britto

O BENGALÃO e o sabre dos capangas policiais como símbolos da oligarquia em desespero de casa. **Diário da Manhã**, Recife, p. 4, 25 jan. 1930.

O EXAGERO da propaganda oficial. **Diário da Manhã**, Recife, p. 3, 1930.

OLIVER OLMO, Pedro. La acción colectiva em las prisiones y el cambio social. Los presos comunes como sujetos históricos. *In*: PROYECTO DE INVESTIGACION INSERTO EM LA PROPUESTA ACADÉMICA E INVESTIGADORA: inédita. Ciudad Real: Departamento de História da Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM), 2005. p. 1-100.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REGULAMENTO da Casa de Detenção do Recife. Recife: Casa de Detenção, 1930. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Impressos Regulamentos. Caixa 3, v. 3).

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SANTOS, Nicodemos Antônio dos. **Petição**. Recife: Casa de Detenção, 1930. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Coleção Casa de Detenção do Recife. v. 142).

SENTENCIADO, um humilde respeitador de Vossa Excelência. **Carta anônima**. Recife: Casa de Detenção, 1930. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Coleção Casa de Detenção do Recife. v. 142).

SILVA, Claudino Augusto da. **Petição**. Recife: Casa de Detenção, 1930. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Coleção Casa de Detenção do Recife. v. 142).

SINDICÂNCIA para apurar as denúncias do detento Edgard Alves de Santa Cruz. Recife: Casa de Detenção, 1931. (Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Coleção Casa de Detenção do Recife. v. 159).

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. **Structuring politics**: historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: [Cambridge University press], 2002.